

# A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

ANO III—Número 896

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 38-A, 2.º

Lisboa—PORTUGAL

Endereço telegráfico: Batalha-Lisboa—Telefone 5399

Segunda-feira, 24 de Outubro de 1921

PREÇO 5 CENTAVOS

Officinas de impressão—Rua da Atalaia, 114 e 115

Pelo actual governo foi já prometida a classe operária a libertação dos presos por questões sociais.

Para que a promessa se efectivasse aguardava-se apenas a nomeação do ministro da Justiça. O titular desta pasta já ontem tomou posse. O operariado confia em que o seu primeiro acto seja decretar que as portas das cadeias sejam imediatamente abertas aos presos por delitos emergentes da questão social.

## NOTA OFICIOSA DA C. G. T.

# A organização operária portuguesa perante os actuais acontecimentos políticos

## A Confederação Geral do Trabalho foi alheia ao movimento revolucionário e não confia a solução dos problemas nacionais a golpes de Estado, insurreições militares ou revoluções caracterizadamente políticas

So da acção sindical de todos os trabalhadores, quer do braço quer do cérebro, põe a nação esperar uma obra renovadora e de justiça social

O actual movimento revolucionário, levado a efeito pela força armada e por civis, é, fundamentalmente, político, e, por isso mesmo, só muito secundariamente interessa ao operariado organizado do país.

É mais um sintoma de desagregação do poderio burguês e capitalista por isso que, quando muito, traduz o mal estar daqueles que tem responsabilidades na queda moral e económica da nacionalidade e que por um arranço de força julgam poder ir ao encontro da derrocada, para a deter no seu avanço precipitado e inevitável.

A Confederação Geral do Trabalho, representante dos produtores organizados, nada tem que ver com esse movimento de políticos e para políticos.

Em nada tem ela contribuído para o que chamam a ruína económica e financeira do país, para a má administração dos dinheiros públicos, para a protecção do Estado aos homens da finança, nem destes ao Estado; para a deposição dos governantes para serem por outros substituídos, para que os partidos se debatam numa luta inglória de rivalidades e ambições insatisfeitas, para que os financeiros se degradem no jogo de cambiais convertendo em ouro a miséria, a fome e a tirania que pesam sobre o povo; para que todos os elementos religiosos e ultramontanos estendam a sua acção de mantenedores da ignorância, da superstição, da renúncia e da resignação deste povo analfabeto, escravo e sofrido.

A C. G. T. nada tendo, pois, que salvar, visto que a sua acção gira sobre um eixo moral inteiramente diverso daquele em que giram os interesses governamentais e capitalistas, não podia aliar-se com personalidades ou agrupamentos que mantêm e querem continuar a manter os privilégios da burguesia dominante e consequentemente, não podia colaborar no pronunciamento militar, a que o país acaba de assistir.

Não é que a C. G. T. desentendesse o desenvolvimento da produção, por um maior e mais profícuo aproveitamento dos recursos naturais do país, tendo em vista as necessidades gerais do consumo, como não se desinteressava das questões morais da instrução e educação do povo, ou dos problemas políticos concernentes a uma maior compreensão do espírito de liberdade. Mas porque a C. G. T. está convencida que este problema não podem ser resolvidos com inteiro espírito de justiça e equidade dentro das bases em que assenta o presente regime capitalista sustentado pelo Estado para garantir a integridade do direito de propriedade privada e do salarido, causa fundamental da injustiça social, não confia a solução daqueles problemas senão muito superficialmente e sempre em benefício directo das castas privilegiadas, em golpes de Estado, insurreições militares ou revoluções caracterizadamente políticas.

A C. G. T. só no seu esforço confia a obra de todos os trabalhadores manuais e intelectuais de reconstrução económica e moral da nacionalidade

A C. G. T. é essencialmente revolucionária. O seu espírito revolucionário vai até aos fundamentos económicos e morais da sociedade. Aceite o significado moral deste princípio: não mais deveres, sem direitos; não mais direitos, sem deveres, da velha Internacional dos Trabalhadores, a C. G. T. portuguesa preconiza o dever de todos os indivíduos válidos contribuírem, com o máximo da sua produtividade manual e intelectual, para a colectividade com o fim de todos se garantirem, em igualdade de circunstâncias, o direito ao usufruto em comum de todas as utilidades, no triplice ponto de vista económico, moral e intelectual.

Sem desprezar o concurso, directo ou indirecto, dos intelectuais nesta obra tão fecunda e complexa que à margem da organização sindical possam e queiram realizar, a C. G. T. considera, no entanto, que os trabalhadores, só podem confiar no seu esforço próprio, como classe social organizada, por isso que a dolorosa experiência dum vida secular de escravidão imposta pelos detentores de riqueza, erigidos em classe dominante e ciosa dos seus privilégios de casta, lhe diz que esta não cede senão em

face da força organizada dos trabalhadores escravizados.

A revolução que a C. G. T. elabora, tende a transformar, em primeiro lugar, os quadros sociais da produção, pela emancipação dos trabalhadores, dos instrumentos de trabalho, das matérias primas e da produção das garra dos detentores das riquezas, condição sem a qual os problemas morais, da liberdade e do bem estar continuarão insolúveis.

Neste momento em que se debatem as paixões políticas, radicais e conservadoras, procurando um ponto de apoio para iniciar uma obra que classifiquem de reconstrução económica e moral da nacionalidade; neste momento em que ainda ingenuamente se supõe ser possível debelar a crise económica com medidas de ordem política e simples reformas sem espírito progressivo de continuidade, ficando a subsistir as causas próximas e remotas dessa crise, — a C. G. T. proclama mais uma vez os seus princípios de expropriação económica, radical e completa, como única solução compatível com o espírito de justiça e capaz de evitar que os actuais ou novos bandidos da finança, do comércio e da indústria, conservem o povo na sujeição e na miséria, dentro desta engrenagem de protervia e depravação. Esta obra de remodelação económico-social só pelos homens que produzem, pelo braço e pelo cérebro, pode ser realizada em proveito de todos, pelo seu esforço pela sua acção, pela sua vontade, notada sempre pelo mais amplo espírito de justiça.

Não o desejam assim os homens que ora estão no poder, e a C. G. T. não é de desconfiar de outros em iguais circunstâncias, que espera essa magna obra renovadora. Estes, integrados nos moldes burgueses e capitalistas, programam robustecer, se é possível, a sua desconjuntada engrenagem dentro de Portugal, prontificando-se a satisfazer algumas das mínimas aspirações da classe operária, de ordem económica e social mais instantes. Seja. Nem por isso a classe operária as desdenhará. Aceitá-las há e pugnará por elas, procurando mesmo em regime capitalista o reconhecimento de alguns dos seus direitos, a satisfação de algumas das suas necessidades.

A C. G. T., afirmando os seus princípios e o seu método de acção, procurará interpretar as necessidades gerais da classe operária neste momento; e, sem abdicar do que para si é fundamental, fará valer junto deste como de todos os governos, aquelas das reclamações que mais imediatamente interessam aos trabalhadores.

**Algumas considerações e reparos às questões anunciadas no programa da Junta Revolucionária**

São vastas as questões enunciadas no documento «Suas causas e fins» com que a Junta Revolucionária justifica o seu movimento insurreccional, algumas das quais concretiza na sua «Proclamação ao país» e a que este governo promete procurar dar realização imediata.

A C. G. T. não se detém a apreciá-las. Na sua maioria, essas questões, fazendo parte do problema nacional, interessam de preferência a integridade do regime capitalista.

Há, contudo, algumas que interessam dum modo geral à população que é vítima das extorsões do Estado e dos detentores do capital e particularmente à classe operária, uma havendo que a esta poderá prejudicar se não se aclarar por forma que resolva os interesses dos operários.

Dois questões são de capital importância, a saber:

a) O ensino e a questão religiosa;

b) A intensificação da produção nacional, que se apresentam como basilares para o desenvolvimento da riqueza moral e material, propulsores do engrandecimento nacional, dentro mesmo da esfera burguesa.

Quanto à questão religiosa há apenas a promessa do cumprimento das leis anti-congregacionistas, que poderão ser de alguns resultados, mas que não resolvem o problema, se o ensino não for libertado das influências religiosas e reacçãoária, sob o duplo ponto de vista moral e político.

No documento «Suas causas e fins» diz-se: «Há que reorganizar o ensino em Portugal em moldes racionalistas, assegurando para o futuro

uma geração de consciências libertas de preconceitos...» etc., mas no segundo documento nada existe a indicar que este problema vai ser resolvido, que se lhe dará execução imediata, por forma a dotar a escola de todos os meios aconselhados pela ciência pedagógica; nada que prepare condições económicas asseguradas ao professorado, por forma que termine a sua constante dependência do regime de favor, da influência tutelar do padre ou do cacique; nada que indique a instituição de escolas normais de preparação racional, viagens de estudo experimental complementar, etc., condições sem as quais as gerações do futuro continuarão indolentes, servís, rotineiras e escravas dum convencionalismo amortecedor do carácter e da energia.

Quanto à intensificação da produção nacional, diz a Junta Revolucionária: «Há que entregar às classes organizadas a função económica que devem desempenhar na vida da nação», e ainda: «há que industrializar aqueles estabelecimentos fabris do Estado que pela sua acção podem e devem influir na produção nacional», parecendo que outras soluções não há para o palpitante problema.

Não nos deteremos com a segunda. Quanto à primeira parece-nos encontrar o seu complemento na segunda parte do art. 13.º da Proclamação, em que se lê: «O governo decretará... o direito à greve sob as bases dum justo equilíbrio do capital e do trabalho e tendo em atenção a necessidade de intensificar a produção».

Daqui se infere que não há tal o desejo de entregar às classes organizadas a função económica que devem desempenhar para intensificar a produção nacional. Para assim ser, ter-se-ia que associar, nas classes industriais, os operários com os técnicos, os quais, tendo em vista o bem estar geral, procurariam intensificar a produção por forma que bastasse às necessidades gerais do consumo, garantindo-se-lhes os meios de utilização de todos os recursos naturais existentes no país, aproveitando apenas os recursos estranhos de que o país é deficitário. Mas não é por esta forma que pensam realizar este trabalho os detentores do poder. O seu pensamento consiste, sim, em desenvolver a produção, mas deixando subsistir a injustiça no trabalho e na distribuição.

Com a intensificação da produção valoriza-se a riqueza nacional, e este aumento de riqueza comporta um aumento de rendimento para o Estado e para os detentores da propriedade.

Os obreiros, os executores dessa riqueza, os operários e os técnicos, que não tenham participação nas empresas, que vivam apenas do seu salário, ficarão excluídos desse benefício. A promessa governamental para garantia dos donos da terra, das matérias primas e dos instrumentos de trabalho, é de que irá regulamentar o direito à greve, restringindo-o, procurando, assim, tirar aos operários a possibilidade de fazer valer os seus direitos de produtor, e reivindicar para si e para os seus, algumas das regalias que a sua qualidade de homens e até a sua condição de trabalhadores lhes dá incontestável direito a gozar.

Não importa! Intensifique-se a produção; faça-se deste povo paupérrimo, um povo forte e farto. A Natureza é pródiga, faculta ao homem tudo quanto ele necessita. Os operários sabem que nem o Estado, nem os capitalistas, em particular, concedem seja o que for por que reconheçam a justiça do seu direito.

Os operários sabem que só pela força da sua solidariedade, da sua organização, — portadora dum sociedade igualitária que desta hade herdar o máximo das utilidades aperfeiçoadas — eles reconhecem já, que com lei ou sem lei, farão valer pela greve os seus direitos, sempre que sejam menos presados pelo patronato.

### CONCLUSÕES

Outras questões há ainda que interessam por igual a classe operária representada pela C. G. T.: o horário de trabalho, a questão do pão, aproveitamento dos terrenos incultos, as leis de excepção e o tribunal de defesa social; o inquilinato; os transportes, a importação dos adubos e matérias primas; a indemnização aos presos indevidamente; a lei das Associações; liberdade de reunião e expressão do pensamento, falado

e escrito; a contribuição industrial aos operários; tribunal de árbitros avidores, lei dos acidentes, extensivos às criadas; leis das mulheres e menores, etc., questões todas de solução imediata e que a C. G. T. considera reclamações atendíveis.

São as seguintes:

### De carácter social

1.º Liberdade imediata dos indivíduos que ainda restam nas prisões do país por delitos que se originaram em questões de ordem económica e social.

2.º Fixação do princípio de que o Estado, a título de indemnização, pague aos assalariados que forem presos e se conservem detidos sem motivo — como tantas vezes se tem verificado — os salários que teriam vencido se não fossem vítimas da arbitrariedade contra eles praticada.

3.º Revogação pura e simples da lei de 9 de Maio de 1891, reguladora da constituição e funcionamento das Associações de classe, e ampla liberdade de associação.

4.º Revogação da lei de 26 de Julho de 1893 (da autoria de um ministro João Franco) sobre o direito de reunião, cuja liberdade deve ser reconhecida em toda a sua amplitude, sem a mínima ingerência da polícia.

5.º Absoluta liberdade de imprensa.

6.º Revogação insofismável de todas as leis de excepção ainda em vigor.

7.º Extinção do Tribunal da Defesa Social.

8.º Cumprimento integral, em todo o país, da lei das 8 horas de trabalho.

9.º Promulgação do regulamento da lei do horário de trabalho.

10.º Cumprimento da lei do descanso semanal.

11.º Abolição da contribuição industrial e de quaisquer outras, diferentemente intituladas, incidindo sobre as classes assalariadas, quer do Estado, quer da indústria particular.

12.º Reforma da lei e regulamento do Tribunal de Árbitros Avidores, de forma a garantir a normalidade do seu funcionamento e a abranger dum maneira geral todos os assalariados.

13.º Extensão a todas as classes trabalhadoras, inclusive criados de servir, das disposições da lei dos acidentes do trabalho, garantindo-se o funcionamento regular do respectivo tribunal.

14.º Cumprimento rigoroso da legislação referente ao trabalho das mulheres e dos menores nas fábricas.

15.º Revogação da lei, da autoria de António Macieira, pela qual os governos podem ordenar a deportação, como vadios, de indivíduos com três condenações, lei que tem servido, e pode continuar servindo, de justificação a toda espécie de iníquas perseguições.

### Sobre o ensino primário

1.º Criação de escolas de ensino infantil e Instalação das escolas de ensino primário em edifícios arejados e higiénicos, em terrenos ajardinados, cedidos para esse efeito pelos Municípios;

2.º Dotação das escolas do necessário material escolar e pedagógico destinado ao ensino integral.

3.º Criação de escolas normais de preparação do professorado primário pelos métodos racionalistas por forma que, quando no exercício da sua missão, sejam perfeitos educadores da infância ao seu cuidado.

4.º O envio de grupos de professores aos países onde a instrução está despida de preconceitos religiosos ou políticos, a fim de adquirirem os conhecimentos práticos indispensáveis ao bom desempenho da sua missão.

5.º Criação de bibliotecas populares nas aldeias, nas vilas e nos bairros populosos das cidades, com um horário de frequência combinado fora das horas de trabalho.

6.º O fomento das universidades populares em todo o país, subsidiando-se as mesmas por forma a garantir a sua existência e o maior número de cursos.

### De carácter económico

1.º Que seja estabelecido em todo o país um só tipo de pão de trigo como base, ressaltando

as localidades ou regiões cujas populações não prescindam do pão de milho ou de centeio.

2.º Intensificação da produção agrícola, facultando o Estado aos agricultores, conhecimentos, instruções modernas, crédito, gado, máquinas, alfaias, sementes e adubos.

3.º Socialização dos baldios e terrenos camarários incultos, que serão entregues à exploração dos sindicatos dos trabalhadores rurais e dos quais estes se tornarão, por título gratuito, usufrutuários, durante um período nunca inferior a dez anos, devendo o Estado e os municípios fornecer-lhes adubos, sementes e crédito que poderá ser cobrado no fim da colheita, facultando-lhes também máquinas, alfaias, gado, etc.

4.º Restrição do plantio da vinha e apropriação pelo Estado dos terrenos que os seus proprietários conservem incultos por períodos superiores a três anos, ou quando os utilizem em culturas que não acudam às instantes necessidades da alimentação pública, facultando-os a entidades que promovam a intensificação de culturas, dando-se preferência aos organismos sindicais de trabalhadores agrícolas, e, na falta destes, a núcleos dos mesmos trabalhadores.

5.º Rigorosa utilização e distribuição do material circulante dos caminhos de ferro, de forma a garantir sempre a preferência para o transporte de géneros de primeira necessidade e redução sensível das respectivas tarifas, tornando-a extensiva aos adubos e outras matérias primas.

6.º Concessão de todas as facilidades para a importação dos géneros alimentícios de primeira necessidade, adubos e matérias primas para a indústria nacional, com isenção de direitos e barefamento sensível de fretes nos vapores do Estado e utilização dos transportes de guerra para a condução dos géneros a importar.

7.º Que a actual lei do inquilinato não seja alterado sem que seja ouvida a organização sindical e dos inquilinos.

Lisboa, 23 de Outubro de 1921.

**C. G. T.**

## Nós e os atentados

Jerónimo de Sousa, secretário geral da União dos Sindicatos Operários de Lisboa, interrogado também por O Século sobre o que pensava acerca dos recentes atentados, emitiu a opinião que segue e com a qual nos solidarizamos:

Os atentados recentes são a consequência dos ódios espalhados pelos políticos. E quem semeia ódios não pode esperar colher benquereças. As lutas a que, desde 1910, temos vindo assistindo entre os políticos, resumem-se a uma simples sucessão de vindictas.

«Acabamos de assistir a mais uma luta sem nobreza, sem ideal e sem proveito. Chamam-lhe movimento nacional, mas não passou de mais uma luta entre os partidos. Se tivesse sido uma revolução popular, outras teriam sido, certamente, as vítimas. Os operários, aparte a sua hostilidade por todos os políticos, não tinham nenhuma animadversão especial contra os republicanos assassinados, devendo mesmo dizer que Machado Santos deixa, entre nós, a simpática recordação da sua atitude como director de «O Intransigente», perante a greve geral de Janeiro de 1912, e dos seus esforços, inutilizados pelos políticos seus adversários, por satisfazer, quando ministro, algumas das justas reclamações do operariado.

«Em resumo e para terminar: A nenhum revolucionário social, que sinta o ideal que apregeia, os atentados de que foram vítimas Machado Santos, António Granjo, Carlos da Maia e Freitas da Silva deixaram de ter causado a mais humana indignação. Não pode ter um ideal quem mata, daquele modo, os seus adversários.

A BATALHA é o diário mantido pelos trabalhadores para a defesa dos seus interesses como produtores e como consumidores.

A BATALHA é o único jornal do Povo, para o Povo e pelo Povo, contra os políticos que o ludibriam e as «forças vivas» que o exploram e o roubam.

Trabalhadores manuais e intelectuais! Comprando a A BATALHA, assinando-a, fazendo-a ler, assegurais o sucesso dum jornal que é o vosso.

# Fuzilados, não!

Os atentados cometidos foram bárbaros, foram repugnantes. Por isso os condenamos. Ninguém será capaz de justificá-los. Não há revolução humana e governo não resistiu, limitando-se toda esta barbárie a um golpe de Estado realizado com incrível facilidade, quase sem se disparar um tiro.

Os assassinos tornaram-se repugnantes não só pelos crimes, como pela cobardia revelada, visto terem-nos cometido com a antecipada certeza da impunidade.

A indignação pública que eles produziram, as demissões de oficiais do exército e da marinha, alguns dos quais simpatizavam com o movimento, enfim as condenações que partiam de todos os meios sociais, levaram o governo a pretender castigar os autores dos atentados.

O presidente do ministério, sr. Manuel Maria Coelho, disse em casa da viúva do sr. João Carlos da Maia que se forem descobertos os seus autores, mandava-os fuzilar. Poderia supor-se que esta afirmação seria determinada por uma desorientação que não tardaria, como seria lógico, a passar.

Assim não foi. O sr. Manuel Maria Coelho tornou a repetir a mesma frase.

Não podemos concordar com essa forma de fazer justiça. Isso equivaleria a responder a uma barbaridade com outra barbaridade, a um crime com outro crime. E esse sistema de repressão não seria nem menos criminoso, nem menos bárbaro. Dele discorramos com a mesma energia e em nome dos sentimentos humanitários que nos levaram a condenar os atentados.

Fala-se para aí e já apareceu com certa insistência a afirmação que se trata de indivíduos que se fardaram de marinheiros para cometer os crimes.

Essa afirmação será muito patriótica, será de boa política, mas não corresponde a nenhuma convicção sincera nem a nenhuma verdade fundamentada.

Suponhamos que são fuzilados indivíduos absolutamente inocentes e falsamente acusados por outros que o fizemos talvez para se salvar de responsabilidades.

Esta suposição não é absurda, e muitos factos se tem produzido em várias épocas e países onde o justo paga pelo pecador.

Admitindo mesmo que os culpados sejam prosos, discorramos que os fusilem.

Condenem-nos se assim o querem aplicando-lhes as penalidades constantes da legislação em vigor. Mas, em caso nenhum os fusilem. Essa ideia monstruosa, tem menos justificação que os atentados que não tiveram nenhuma. E o presidente do ministério não venha mostrar-nos que possui uma costela sequer da crueldade monstruosa dos assassinos. Isso não lhe pode ser útil, nem pode ser mais desagradável a nós e possivelmente a todos.

Impõe-se nesta hora sangrenta, cruel, nesta hora de desvario e de crime, que parta do alto a serenidade que é necessária, e não o incitamento ao crime, que é nocivo.

## O funeral do fundador da República foi uma sentida manifestação popular

"A Batalha", fez-se representar no cortejo fúnebre

Realizou-se ontem o funeral do almirante, Machado Santos. A morte do fundador quasi a coincidência com o aniversário da proclamação da República. Essa coincidência foi recordada com amargura por muitos revolucionários do 5 de Outubro.

Estamos habituados a conhecer a comédia fúnebre que existe em todas as chamadas manifestações de pesar. A de ontem, não. Foi sincera, foi sentida. Muitos dos que a acompanhavam recordavam a sua teimosia heroica que deu ao país a república, que deu honras, posições de destaque a tanto ilustre e apatado desconhecido, e a ele só lhe deu desgostos, insultos, prisões e — a morte.

O atentado foi condenado mais com tristeza do que com ódio. Houve sem dúvida da parte dos que o acompanharam e dos oradores que no cemitério discursaram, palavras duras para com os seus autores, mas percebia-se a vaga tristeza da brutal da vergonhosa vida política republicana, que assassinou aquele que corajosamente a implantou.

A família do almirante recusou as honras militares — O cortejo — As coroas

A família do fundador da república recusou as honras militares que o governo lhe queria prestar. A sua insistência na recusa fez retirar alguns contingentes militares que ainda foram ocupar vários pontos do cortejo.

O caixão saiu de casa pouco depois do meio dia, organizando-se o cortejo a seguir.

A urna ia coberta com a bandeira nacional, conduzindo sobre uma almofada de veludo negro e envolto em crepes de espada e o chapéu armado do extinto, sr. António José Rodrigues, antigo revolucionário do 5 de Outubro.

A seguir iam a irmã, o filho e o irmão de Machado Santos.

Seguiam bombeiros voluntários e alguns milhares de pessoas de todas as classes sociais. O cortejo finalizou por uma fila de trens e automóveis, indo à frente o do sr. Jaime Atiles que representava o chefe de estado.

Erão conduzidas por vários amigos as seguintes coroas de que tomamos nota:

Do Governo da República: de seu afilhado Raul Ferreira; do seu descendente comandante Machado Santos 19-10-921, José Augusto dos Santos; Saudade eterna de sua irmã Isabel; Saudade eterna de sua cunhada e sobrinhas Maurícia, Beatriz e seu irmão Augusto; Ao prestioso cidadão Machado Santos, fundador da República Portuguesa oferecendo como preito de homenagem os republicanos de Arroios; de Maria Olinda Bastos, Irmã das Neves Lança, Amélia Castro Dias; Ao fundador da República Machado Santos, martir da revolução de 19-10-921 Antonio Agre de Teves; dos empregados do Montepio Geral; da officialidade da Guarda Republicana.

Durante o trajecto — Um incidente — No cemitério — Os discursos

O cortejo subiu com lentidão a rua de José Estêvão, atravessou a rua Pascoal de Melo, entrando para a avenida Almirante Reis.

Durante o trajecto foram lançadas flores sobre o atafumado, tendo assistido ao desfile muitos populares e na avenida Almirante Reis esteve o trânsito dos eléctricos interrompido bastante tempo.

Na rua Moraes Soares o estorbo produzido por uma câmara de ar causou

# A BATALHA

## OS ACONTECIMENTOS NO NORTE

### No Porto é detido, para averiguações, o correspondente de A BATALHA

A correspondência que devia ser enviada para o nosso jornal fica apreendida na P. S. E.

Foi para isto que se fez a Revolução?

PORTO, 22 — Ao saber-se do triunfo do movimento revolucionário da capital, muita gente teve a impressão de que, finalmente, se ia entrar num regime republicano de respeito, de tolerância e de liberdades, não mais se estando sujeito à má vontade, à arbitrariedade de qualquer criatura rancorosa. Era necessário terminar com o abuso da autoridade, era indispensável suprimir tudo quanto convergesse para a tirania, era urgente, inadiável, acabar com todo o sistema de immoralidades. Por isso, ao ter-se conhecimento de que o movimento revolucionário tivera a sua eclosão e vingança, houve uma satisfação geral, porque já era tempo de se viver numa república radical, inclinada para a extrema esquerda. Até que enfim a Constituição republicana do país ia ser de verdade proclamada como o diploma inalienável e regulamentar da nação, a cujos princípios neles expostos todo o cidadão português, desde o civil ao militar, tem obrigação igual de respeitar. Bravo! A Liberdade de pensamento, a Liberdade de reunião, a Liberdade de associação, a inviolabilidade de domicílio, os direitos do homem, cópia francesa, deixam de ser uma *blague*, uma mentira, um escárnio, para passar a ser uma realidade pura, um facto positivo a entrar no positivismo de Comte, *raison d'être*! Mas quando estava embebido neste sonho doirado de belezas ideais, quando ia a pensar que o actual presidente do conselho era aquele tenente — que escrevera um livro de colaboração com João Chagas sobre a revolução do Porto em 1891 — que entrara no primeiro batismo de sangue republicano num 31 de Janeiro, em que entre outras coisas defendia as garantias individuais e combatia a prisão preventiva; quando eu estava no maior apogeu do sonho, sou detido juntamente com o meu camarada José Monteiro! O agente sr. Carneiro, depois de me cumprimentar, muito amavelmente me convidou a ir à delegação da polícia de Segurança do Estado. Porquê? Não se sabia.

O que, imediatamente, compreendi logo, é que tinha sido visionário. A República continua na mesma, a mercê do primeiro intolerante e do primeiro polícia que nos queira mal e nos queira incomodar. Dirigi-me ao *rápido* a enviar a correspondência desta cidade sobre os acontecimentos. Mas o agente sr. Fernandes entendeu que levava caminho errado, bem como o meu camarada Monteiro, e conduziram-nos, ou por outra, mandou-nos desviar para a Segurança. Aqui, na nossa presença, o último agente referido examinou atentamente toda a papelada que nós levávamos, à procura de documentos melioteológicos, que denunciássem um terrível *complot*... anarquista ou coisa parecida... Até uma caixa de fósforos foi bem examinada. Dissemos da nossa justiça, tratáramos a violência cometida num momento em que na capital se pedia a liberdade os presos por questões sociais. E certo que também dissemos que, por isso mesmo, é que se procuravam outras vítimas para o seu lugar. Com grande espanto nosso, passadas duas horas, o capitão sr. Casimiro, chefe da Segurança, dá-nos ordem para nos retirarmos, com a recomendação expressa de termos *juízo*!

Uma nova organização anarquista

Pelas 20 horas de hoje reúne no mesmo local esta nova organização, devendo comparecer todos os membros.

Federação Metalúrgica

Para apreciar um caso de importância, reúne hoje a comissão administrativa, pelas 18 horas.

O estado de sitio

Hoje já há teatros sendo livre a circulação até à 1 hora

EDITAL

Ernesto Maria Vieira da Rocha, coronel, comandante geral da Guarda Nacional Republicana e comandante militar de Lisboa e concelhos limítrofes, faz saber:

1.º Que todos os cidadãos devem recolher a sua casa à 1 hora.

2.º Que a partir da 1 hora não é permitido o trânsito de trens nem automóveis sem salvo conduto.

3.º Que podem desde já funcionar todas as casas de espectáculos, que deverão encerrar as suas portas até às 24 horas, bem como os cafés e restaurantes.

4.º Que a partir das mesmas horas não são permitidos agrupamentos, devendo as forças encarregadas da manutenção da ordem fazer-lhes dispersar por todos os meios, caso os seus actos não sejam acatados.

Comando Geral no Carmo, Lisboa, 24 de Outubro de 1921.

O comandante militar, Ernesto Maria Vieira da Rocha, coronel.

Como mandei rasgar, logo que lessem, a correspondência, visto não a darem quando a reclamei, é evidente que ela não mais é publicada neste jornal.

O que dizia, no entanto? Nada mais do que isto:

— que muitos grupos civis apareceram, na quinta-feira, armados de espingardas;

— que, ante o risinho dos burgueses dos hotéis Portuense e Sul Americano, esses grupos não passaram de fazer fitas, ora indo de baixo de forma, dum para o outro lado, ora trazendo as espingardas a tiracolo em forma de cacejadas;

— que eles não se entendiam, dizendo cada um o que lhe parecia de direito e de liberdade das coisas;

— que alguns grupos civis principiaram a desarmar, de tarde, a polícia, havendo indignação entre muitos republicanos contra este facto, pois muitos desses grupos eram republicanos;

— que muitos civis armados, ou por brincadeira ou por incompetência, dispararam tiros para o ar;

— que, mercê deste caso e do lançamento de bombas, uma próxima à igreja de Santo Ildefonso e outra ao pé da casa bancária Borges e Irmão, havendo dos sustos, correrias e vidros partidos, todos os estabelecimentos fecharam;

— que um grupo civil armado, por indicação de quem não tem a coragem de assumir a responsabilidade dum gesto ativo, assaltou o edifício dos correios e telegraphos, escaurando, violentamente, o chefe de serviço telegraphico Cidraes, sendo substituído por um tal Santos;

— que, se Cidraes era um despota para o pessoal, é, contudo, um republicano ao passo que o Santos, sendo despota igual, tem mais este inconveniente: é monárquico; — que os grupos civis armados, à noite, espalharam-se, na sua maioria, pelos tascos;

— que outros restringiram-se a fazer de polícia, visto que estes estavam desarmados, entreteendo-se a interromper a passagem dos transeantes depois das 23 horas, hora a que se devia estar recolhido conforme o estatuto do edil militar;

— que eles não tinham razões para isso, posto que de véspera, e consoante deliberações suas, desrespeitaram também esse edital;

— que passadas certas horas, os militares que andavam armados entre os grupos civis eram reconduzidos por oficiais ao quartel geral, assim como fôra, no mesmo sitio, desarmado um primeiro sargento que andava comandando um grupo civil armado;

— que a viação eléctrica parou ainda de tarde em consequência dos carros começarem a ser invadidos por populares que se queriam ir armar ao quartel de infantaria 18, por constar que isso estava sendo posto em prática;

— que os grupos civis republicanos fizeram todos os esforços a que os avançados se armassem, por constar que eles pretendiam empalmar a situação, fazendo um movimento anarquista;

— que o assassinato dos vultos republicanos, causou funda impressão, dividindo-se a opinião pública em três correntes: uma achava bem que se desse morte os tais vultos, outra lamentava que se matassem republicanos poupando-se os monárquicos e a última manifestava-se de estranheza por se ter a coragem de se liquidar certos homens públicos de destaque e não haver energia para se terminar com determinados moa-ceros, banqueiros e assambradores, os únicos responsáveis da miséria nacional e os únicos que mexem os cordelinhos da política e das revoluções;

— que desconfiavam, alguns grupos civis, da lealdade do general Sousa Rosa, atribuindo-se-lhe a intenção, que não pôde ser cumprida, de ir comandar as forças de Mafra;

— que, nesta cidade, pensava-se num desmentimento de forças militares, estando a guarda do Carmo neutra, o 6.º e 18.º pelo lado de Sousa Rosa, e a cavalaria 9.ª e guarda da Bela Vista eram partidárias da Revolução;

— que muitos civis armados, ao ouvirem qualquer tiro ou explosão, ao ouvirem qualquer tiro ou explosão, de petardos, fugiam;

— que, durante a noite, rebentaram bombas, uma das quais junto das janelas do rez-do-chão do edifício onde se está instalado o banco Guimarães & C.ª seria boquevista a bomba;

— que, um pouco alcoolizados, segundo informes, alguns civis deram muitos tiros, para o rio, lá para o lado das Fontainhas;

— que... etc., etc., etc.

Hoje, porém, pode-se acrescentar que os grupos já foram desarmados, o estado de sitio levantado, os teatros funcionam, houve distribuição de bodes aos correligionários, nas nomeações de administradores, e que consta que os grupos civis tencionam fazer uma limpeza, uma razião nas repartições públicas, correndo com os monárquicos. Também, pelo governo civil, se diz que os avançados são seus inimigos, pois querem, misturando-se com os republicanos, provocar assaltos e proclamar a revolução social. De harmonia com estes modos de ver, talvez propostos, é que esteve preso duas horas. Todavia, a cidade normalizou-se...

O castigo dos amarelos — Um gesto digno dos ferroviários — Ouvindo, rapidamente, um amigo — Contentamento

De todos os acontecimentos que se deram nesta segunda capital, o que marcou entre a grande massa anónima foi o ocorrido nos caminhos de ferro do Minho e Douro, anteontem. Não havia ninguém, a não ser os traídores, que não elogiasse o gesto ativo que tiveram os ferroviários. Porém, para ter a certeza do que se dizia e afirmava, dirigi-me a obter a confirmação, con-

# Os acontecimentos

A morte do chauffeur Gentil

Deye ser hoje trasladado o cadáver para a Associação dos Chauffeurs

Pelas 14 horas de hoje realiza-se na Morgue a autópsia de Carlos Jorge Gentil, o chauffeur cobardemente assassinado a tiro numa das últimas noites.

O seu cadáver é hoje, pelas 17 horas, trasladado para a sede da Associação de Classe dos Chauffeurs em Portugal, Largo de S. Domingos, 11, 2.ª J., devendo a comissão que trata do funeral reunir às 15 horas.

A Associação dos Chauffeurs faz convite às Federações de Indústria e Sindicatos para acompanharem o funeral daquelle camarada, que será anunciado em *A Batalha* com a devida antecedência, tendo resolvido a classe, em sessão magna, que os representantes dos organismos operários sejam fornecidos carros para o conduzir.

O enterro do sr. António Granjo está-se realizando a esta hora

O cadáver do dr. António Granjo saiu ontem, pelas sete horas e meia, do edifício da Morgue para sua casa, na rua João Crisóstomo, A. M. S. 2.ª, querendo.

O iníquo acompanhamento causou impressão em todos os que assistiram ao seu desfile pelas avenidas novas.

O funeral do chefe do governo de posto está-se realizando neste momento com a maior simplicidade, sem honras militares, saindo o préstito, a pé, da rua João Crisóstomo para o cemitério do Alto S. João, onde ficará sepultado no jazigo do Chefe do Estado.

O cadáver é conduzido numa carruagem da Voz do Operário, que, como ontem relembramos, oficiara a esposa do sr. António Granjo fazendo-lhe esse oferecimento.

Parte do comércio encerrou as suas portas. O pessoal da Imprensa Nacional foi mandado sair ao meio dia. O pessoal fez-se representar no funeral.

Acompanham o préstito muitos amigos pessoais e correligionários do sr. António Granjo, o directório e os organismos políticos do Partido Liberal, ajudantes do registo civil, etc., levando sobre a urna coroas dos srs. presidente da República, ex-governador civil Lelo Portela, do Directório do Partido Liberal, dos membros do gabinete a que presidiu o finado, dos ajudantes do Registo Civil, e de vários amigos pessoais e políticos e pessoas de família.

Notas várias

Tem estado suspensa, em consequência dos últimos acontecimentos, a matrícula para os empregados no comércio, no respectivo sindicato.

Hoje e dias seguintes, das 21 às 23 horas, a Comissão de Instrução e Educação atenderá qualquer sindicato que deseje matricular-se.

UM MOVIMENTO DE SOLIDARIDADE

## Pelos presos por questões sociais

A comissão delegada da C. G. T. e dos revolucionários sociais encontra-se a esta hora no ministério da Justiça a insistir pela satisfação das suas reclamações

União dos Sindicatos Operários do Porto

A União dos Sindicatos Operários do Porto enviou um telegrama à C. G. T., declarando-se incondicionalmente de acordo com o movimento a favor dos presos por questões sociais.

Descarregadores de Mar e Terra de Almada

Refirmaram os corpos gerentes deste sindicato, que apreciaram as *démarches* levadas a efeito pela comissão por presos por questões sociais, resolvendo enviar um telegrama do presidente do ministério, reclamando a imediata libertação dos presos por questões sociais e enviar à C. G. T. um ofício notificando-lhe que este sindicato lhe dá todo o apoio incondicional, em qualquer acção a desenvolver, atinente a conseguir a libertação dos mesmos presos.

Empregados de Escritório

A Associação de Classe dos Empregados de Escritório, reunida extraordinariamente para apreciar os últimos acontecimentos, resolveu telegrafar ao presidente do ministério, reclamando imediata libertação dos presos por questões sociais, barateamento da vida e andamento rápido dos processos respeitantes ao horário do trabalho existente nos Tribunais de Transgressões.

Desfazendo uma notícia absurda

Bairro Social do Arco do Cego

É falso que os operários fivessem expulso o conselho administrativo

Na reunião ontem efectuada pela comissão de melhoramentos do Sindicato Unico da Construção Civil, foi, pela sub-comissão do Bairro Social do Arco do Cego, conjuntamente com o camarada Joaquim Francisco, exposto o absurdo infamante da notícia publicada na *Imprensa Livre*, do dia 22 do corrente, na qual se dizia que os operários do referido Bairro tinham expulso o conselho administrativo, impondo a reintegração da ex-comissão administrativa.

A comissão de melhoramentos e a referida sub-comissão repudiam, em nome dos operários daquele Bairro, essa notícia, porque nem por sombras sequer, qualquer manifestação houve, fosse em que sentido fosse, desafiando seja quem for a provar que eles fizessem qualquer manifestação de desgosto, porque os mesmos nada tem que dizer do conselho actual e contra elle nada há que lhes possa atribuir.

A sub-comissão reúne hoje, conjuntamente com os operários do Bairro Social do Arco do Cego, a fim de demonstrar cabalmente a sua repulsa contra tal facto e o resultado dessa reunião será comunicado à *Imprensa Livre*.

REPARARE HOJE NO THEATRO APOLO, linda, engraçada e luxuosa revista *Gato por lebre*, em vista de as autoridades competentes terem resolvido consentir em toda a circulação pela cidade até 1 hora da noite.

CARTAZ DO DIA

S. LUIS — A's 21. — Marido provido operário.

AVENIDA — A's 21. — Flores da Noite operário.

POLITEAMA — A's 21. — A Rapaz, GIMNASIO — A's 21. — O Celebrado Piao, APOLO — A's 21. — Gato por lebre, o visto.

COLISEU — A's 20.30 e 22.30 — A Tio-Tao revista.

GIL VICENTE (A Graça) — Aos domingos segundas e quintas-feiras, A Dama da Casa Médica.

ANJOS (T. do Borracho) — A's 21. — A Dama, quintas e sábados — O homem mágico, revista.

S. JOE — A's 20.30 — A's 20.30 — Animatograv.

OLIMPIA — Cinema — Os Miseráveis, Victor Hugo.

REPARARE HOJE NO THEATRO APOLO, linda, engraçada e luxuosa revista *Gato por lebre*, em vista de as autoridades competentes terem resolvido consentir em toda a circulação pela cidade até 1 hora da noite.

CARTAZ DO DIA

S. LUIS — A's 21. — Marido provido operário.

AVENIDA — A's 21. — Flores da Noite operário.

POLITEAMA — A's 21. — A Rapaz, GIMNASIO — A's 21. — O Celebrado Piao, APOLO — A's 21. — Gato por lebre, o visto.

COLISEU — A's 20.30 e 22.30 — A Tio-Tao revista.